

O CONCEITO DE LIBERDADE HUMANA EM AGOSTINHO

Nei Andrade Santos*

Resumo: Diante de tantas questões sobre o mal, Agostinho de Hipona, um dos mais renomados teólogos e filósofos dos primeiros anos do cristianismo, conhecido por conciliar o embate entre fé e razão, tema central na Idade Média, o bispo africano desconstrói a ideia de “culpa” originada do mal em relação a Deus e apresenta um conceito cristão do mal, ligando o mal à liberdade do homem. Agostinho concebe o mal não como um termo metafísico, mas como a corrupção da natureza humana, ou seja, como um “não ser”, como ausência do bem. Depois ele trata do mal físico como punição de Deus ao pecado da desobediência dos primeiros pais, Adão e Eva, reconhecido pelos descendentes como mal moral. Neste debate sobre o mal, o resultado é uma discussão sobre a escolha certa do homem, isto é, sobre o caminho certo para o homem encontrar a verdade absoluta, que para ele se identifica com Deus.

Palavras-chave: Mal. Liberdade. Deus. Pecado. Verdade.

95

1. INTRODUÇÃO

No presente texto pretendemos explorar, de forma breve, a vida de Agostinho, e as principais influências do seu pensamento filosófico, o maniqueísmo e o neoplatonismo, como também, contextualizá-lo na época medieval, marcado pelo forte debate entre fé e razão.

Com maior finalidade, este trabalho almeja conceituar o mal na filosofia de Santo Agostinho e desmistificar a ideia de que o mal provém de Deus, por Ele ter criado todas as coisas do universo. Significa reconhecer que a origem do mal é fruto do livre-arbítrio do homem. Este reconhecimento conduz, em seguida, a identificar as consequências do mal moral, que são os sofrimentos que afligem o corpo. Como o bispo de

* Bacharelado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR) e pelo Instituto de Filosofia Nossa Senhora das Vitórias (IFNV). E-mail: nei.palmares@hotmail.com.

Hipona descreve o caminho para a descoberta da verdade absoluta e da felicidade?

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA VIDA DE AGOSTINHO

A idade Média, período em que Agostinho viveu, taxada erroneamente como, “Idade das Trevas”¹, foi uma época permeada pelo debate entre fé e razão, no qual, o advento do cristianismo permitiu que, ao invés de um conflito, pudesse haver uma colaboração entre a fé e a razão. O exemplo clássico desta busca é o próprio Agostinho, uma vez que buscou resolver, à luz da fé, o problema filosófico do mal. Vários outros pensadores, como Tomás de Aquino, refletiram sobre a existência de Deus, a partir do conhecimento racional.

Contextualizado na Idade Medieval, Agostinho sempre esteve inquieto com a busca da verdade, e desde cedo buscou em algumas doutrinas o conhecimento que lhe mostrasse a verdade, tal como o maniqueísmo², corrente na qual afirma um conflito entre os princípios do Bem e do Mal³. A influência do neoplatonismo⁴, aparece na reflexão agostiniana a partir da leitura de Plotino. Este contato com a obra de Plotino leva Agostinho a abandonar o maniqueísmo e se dedicar a reformular o pensamento de Platão – que ele não teve contato diretamente –, sobre uma ótica cristã. O neoplatonismo o ajudou a conciliar o embate entre fé e razão.

96

¹ Do ponto de vista de muitos historiadores este adjetivo atribuído à Idade Média se deve ao fato de que durante ele não houve nenhuma produção de conhecimento. Hoje em dia esta tese não passa de um tópico superado, uma vez que os novos e recentes estudos sobre este período revelam que ele foi tematicamente variado e ricamente elaborado.

² Doutrina do sacerdote persa Mani (lat. *Mani-chaeus*), que viveu no séc. III e proclamou-se o Paracleto, aquele que devia conduzir a doutrina cristã à perfeição. O M. é uma mistura imaginosa de elementos gnósticos, cristãos e orientais, sobre as bases do dualismo da religião de Zoroastro. Admite dois princípios: um do bem, ou princípio da luz, e outro do mal, ou princípio das trevas (ABBAGNANO, 2007, p. 614).

³ Este termo tem uma variedade de significados tão extensa quanto a do termo bem (v.), do qual é correlativo. Do ponto de vista filosófico, entretanto, é possível resumir essa variedade em duas interpretações fundamentais dadas a essa noção ao longo da história da filosofia: 1ª noção metafísica do M. segundo a qual este é a) o não-ser, ou b) uma dualidade no ser; 2ª noção subjetivista, segundo a qual o M. é o objeto de aptidão negativa ou de um juízo negativo (ABBAGNANO, 2007, p. 638).

⁴ Escola filosófica fundada em Alexandria por Amônio Saccas no séc. II d.C, cujos maiores representantes são Plotino, Jâmblico e Proclios. O N. é uma escolástica, ou seja, a utilização da filosofia platônica (filtrada através do neopitagorismo, do platonismo médio e de Fílon) para a defesa de verdades religiosas reveladas ao homem ab antiquo e que podiam ser redescobertas na intimidade da consciência (ABBAGNANO, 2007, p. 710).

A partir dos resultados dos estudos sobre o pensamento de Plotino e não conformado com a resposta sobre do embate entre o bem e o mal que a doutrina maniqueísta oferecia, Agostinho reflete sobre o problema do mal e tem em vista uma solução ao problema à luz do pensamento cristão, ou seja, do ponto de vista da metafísica e da moral cristã e não somente do ponto de vista metafísico-cosmológico.

3. O MAL, FRUTO DA LIBERDADE DO HOMEM

A questão mais angustiante e perturbadora sobre o mal é o paradoxo de sua existência em consonância com a existência de Deus (Deus cristão, claro) e sobre a origem do mundo:

Pois, se existe apenas uma única origem ontológica de tudo – Deus, que criou tudo do nada –, e não duas forças ontológicas originantes, como afirmavam os maniqueus, como não atribuir a Deus a origem do mal?" (COSTA, 2006, p. 164).

Mas Deus não é Amor, como o evangelista João o caracteriza em seu evangelho? Então, como Ele poderia criar o mal? Agostinho, então, desconstrói toda relação entre o mal e Deus e diz que o mal provém da liberdade do homem, como nos afirma Bellei/Buzinaro, ao comentar *O livre-arbítrio*.

Ao longo de todo esse diálogo, Agostinho argumenta que Deus não é o autor do mal, pois, de sua natureza boa, só poderia vir o bem. O mal é totalmente afastado de Deus, eximindo d'Ele toda a culpa da existência do mesmo e reconhecendo o mal como pecado (BELLEI; BUZINARO, 2010, p. 82).

Os autores acima afirmam que Agostinho, no referido diálogo, identifica o mal como o pecado, resultado das ações humanas, concebidas a partir da liberdade que Deus dá ao homem em função do seu imenso Amor. Evódio, no diálogo *O livre-Arbítrio*, questiona Agostinho se tal liberdade seria mesmo um dom, pois leva o homem a pecar:

Ev. Mas quanto a esse mesmo livre-arbítrio, o qual estamos convencidos de ter o poder de nos levar ao pecado, pergunto-me se Aquele que nos criou fez bem de no-lo ter dado. Na verdade, parece-me que não pecaríamos se estivéssemos privados dele, e é

para se temer que, nesse caso, Deus mesmo venha a ser considerado o autor de nossas más ações (AGOSTINHO, 1995, p. 69).

Mas o livre arbítrio é necessário, pois para pecar ou realizar uma boa ação, necessita que o gesto seja voluntário, ou como Deus iria elogiar ou punir tais ações? Para sair deste impasse, a tese de Agostinho é muito clara: para ele seria impossível um Deus bom que aprisiona a sua criatura para si. Deus dá total liberdade às ações humanas e estes são livres e responsáveis pelas suas escolhas.

Em vez de ser um tema cosmológico-metafísico, em Agostinho a discussão sobre o mal está situado no contexto da liberdade. É no interior da liberdade humana que Agostinho localiza a origem do mal, afirmando que este estado é resultado da escolha equivocada do homem. No desejo de realizar-se, o homem deixa de abraçar um bem superior e se contenta com um bem que, mais tarde, se mostrará inferior. Esta impossibilidade de escolher sempre o bem é algo ligado à condição humana: como criatura humana o homem é limitado. Somente depois que ele avalia sua escolha e percebe o seu equívoco.

98

O homem sempre será imputado de sua responsabilidade quando agir mal, ou seja, quando não agir em conformidade com a ordem das coisas criadas por Deus. Agostinho sustenta que há no homem uma vontade que é livre, e que do ponto de vista moral, deve ser utilizada para fazer o bem. Se isso não acontecer, ele será o total responsável. Dessa maneira, a responsabilidade pela prática do mal moral (pecado) é exclusiva do homem (BELLEI; BUZINARO, 2010, p. 85).

Do ponto de vista da metafísica cristã, Agostinho afirmará que a não existência física do mal não pode ser dita, uma vez que ela é o "não ser". Da natureza só provêm coisas boas que Deus criou. O mal surge como um desvio, ou uma corrupção dessa natureza, ou seja, como privação do bem. O "não ser", como Agostinho denomina o mal, ao dizer que ele não provém de Deus, uma vez que ele não existe e também não é uma substância, é o distanciamento do bem por parte da vontade do homem que é livre para escolher, embora não tenha clareza da sua escolha, ou seja, não é capaz de medir os efeitos da sua escolha.

É através deste raciocínio, pela via da negação da natureza ontológica do mal, que Agostinho chega à conclusão que o mal não está em Deus, mas se expressa nas escolhas e nos comportamentos do homem. O mal, portanto, é fruto da liberdade humana, uma vez que a liberdade humana não se confunde com a liberdade divina.

4. O MAL FÍSICO COMO CONSEQUÊNCIA DO PECADO

Tendo solucionado a grande questão do mal, caracterizando-o como ausência de algo (Deus), Agostinho renomeia a relação que o homem mantém com Deus: se na origem essa relação era direta, após a queda de Adão, o homem se diferencia de Deus. Neste contexto, o pecado é uma forma de descrever a diferença entre Deus e o homem, entre a liberdade humana e a liberdade divina. Partindo da relação que o homem estabelece com Deus, surge um novo questionamento sobre os males que afetam o homem, os chamados males físicos, ou seja, as doenças, os sofrimentos e até mesmo a morte. Agostinho não nos deixa sem uma resposta para tal problema.

Mas ainda nos resta uma dúvida: e o mal físico, como as doenças, os sofrimentos, a morte, de onde vem? Agostinho não deixa sem resposta tal questão. Tendo em conta que tudo foi criado por Deus e conseqüentemente tudo foi concebido bom e perfeito, o mal físico é, então, uma consequência do pecado, ou seja, do mal moral (BELLEI; BUZINARO, 2010, p. 86).

No seu livro *A natureza do bem*, Agostinho explica que o mal físico não é uma nova versão do mal, mas uma consequência do mal moral, ou seja, do pecado. Ele defende o seguinte pressuposto: o pecado é uma avaliação posterior da escolha do homem, resultado e testemunho de sua liberdade. Estas escolhas, em si mesmas, não são boas ou ruins. Os qualificativos da ação humana, ou seja, o fato de elas serem boas ou ruins advém não da sua essência e sim das suas consequências.

É neste contexto que Agostinho explica a existência do mal físico, uma vez que a culpa é devida ao primeiro pecado de Adão e Eva. O mal físico é o efeito da escolha do primeiro casal, uma vez que foi através do pecado que o mal entrou no mundo, através da corruptibilidade do corpo.

Na Bíblia, especialmente no Antigo Testamento, Deus pune os primeiros pais, quando eles desobedecem e comem do fruto proibido, eles

sofrem a morte espiritual, ou seja, o afastamento da presença de Deus, como também, eles são condenados à morte física e à degradação do corpo com o decorrer do tempo. Toda a terra é amaldiçoada e surge o sofrimento, a dor e as doenças (cf. Gn. 3).

Há também a culpa que é resultado do pecado, no qual a pessoa se condena pela sua escolha equivocada e a sua consciência pesa, padecendo, por isso mesmo, uma vida amargurada, em que podemos aqui lembrar o conceito da psicologia que se chama "somatização", que nos diz que algumas doenças físicas não possuem apenas uma causa biológica, mas são frutos de um sofrimento psicológico, que o corpo exterioriza.

O mal físico é um desdobramento do pecado, ou seja, consciência das consequências (dos efeitos) das escolhas realizadas pelo homem. Em Agostinho e na Bíblia têm origem no pecado inicial, cujo relato da queda é narrado no livro do *Gênesis*. Este conceito é de caráter psicológico e tem um efeito diferente na posteridade.

5. A ESCOLHA CERTA DO HOMEM

100

O Bispo de Hipona salienta a diferença do homem diante dos outros seres vivos, que é a capacidade da razão, que além do corpo e da alma, composição que o homem compartilha com os animais, o homem é dotado de razão e é esta que o diferencia do restante da criação. Pois não existe algo mais nobre do que a mente que é dotada de razão, além de Deus (Cf. Agostinho, 1995) Mas Agostinho nos mostra que mais importante ainda que a razão é a verdade absoluta, que não pode ser encontrada no exterior do homem, mas sim no seu interior.

A verdade é superior ao próprio homem e a razão, pois está impressa em sua alma e, diferente da concepção de Platão, Agostinho não acreditava que ela seria apenas lembranças ou recordações do mundo das ideias, mas sim uma luz divina que ilumina o homem interior e marca a sua existência com o selo da verdade imutável e universal. Todos os homens são marcados com essa verdade e, portanto, com a capacidade de agir de acordo a partir daquilo que o fundamenta, ou seja, a partir do próprio Deus.

O mal se origina quando o homem busca Deus por caminhos que não são os mais indicados para a busca dessa verdade, de forma egoísta, pensando somente no próprio prazer e esquecendo que é efêmero e passageiro e que somente a verdade, aquela que provém de uma

iluminação divina, pode saciá-lo com a verdadeira felicidade: “[...] para Agostinho, a única coisa capaz de proporcionar a verdadeira felicidade ao homem é Deus. Por isso deve Ele ser verdadeiramente amado” (BELLEI; BUZINARO, 2010, p. 91).

Agostinho, então, enfatiza, como resposta para todo mal e para a busca interminável do homem, a felicidade. O homem só concluirá essa busca quando ele encontrar Deus, pois só Ele dará ao homem a verdadeira felicidade que nenhum outro meio externo dará. “Fizeste-nos para ti, e inquieto está o nosso coração, enquanto não repousa em ti” (AGOSTINHO, 1984, p. 15).

O homem como criatura de Deus aspira, naturalmente, o seu criador, e n’Ele está o seu fim último. Por isso, Agostinho nos diz que o coração do homem sempre estará inquieto enquanto não repousar em Deus.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu conceituar, de forma prática e clara, o conceito de mal no pensamento de Agostinho. Neste autor a origem do mal é descrito como fruto da liberdade do homem e não uma criação de Deus. Deus cria os homens, mas não os prende para Si, deixa-os livres para fazerem suas escolhas e essa liberdade pode significar a não escolha de Deus como objeto de amor. Daí o homem pensando escolher a felicidade para si, cai no pecado, quando essa escolha não é feita na direção do seu Criador. O mal surge a partir dessa opção, ou seja, é fruto da liberdade e se revela nos efeitos das escolhas humanas.

Agostinho conclui tal discussão sobre o mal, apontando uma saída, a qual, ele mesmo encontrou quando realizou a sua conversão. Afirma que o caminho contrário ao do mal está na busca da verdade que está somente em Deus, que se identifica com o próprio Deus. Somente o repouso na verdade trará a verdadeira felicidade, pois a criatura anseia, naturalmente, pelo seu criador.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. *A natureza do bem*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2006.

_____. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1984.

BELLEI, Ricardo J.; BUZINARO, Dêlcio Marques. O livre-arbítrio e o mal em Santo Agostinho. *Mirabilia*, n. 11, jun.dez., 2010, p. 80-98.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. O problema do mal em Santo Agostinho. In: _____. (ORG.). *A filosofia medieval no Brasil: persistência e resistência*. Recife: Printer Gráfica e Editora, 2006, p. 161-176.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. São Paulo: Canção Nova, 2006.



Nei Andrade Santos

<http://lattes.cnpq.br/3060432764655654>